



O Impacto da Dívida Pública no Financiamento do SUS

II SEMINÁRIO DE ECONOMIA DA SAÚDE DE PERNAMBUCO
Recife, 3 de dezembro de 2025

AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA



www.auditoriacidada.org.br

Redes Sociais

- ✓ Associação sem fins lucrativos
- ✓ Nasceu do grande Plebiscito Popular realizado no ano 2000
- ✓ Respaldo popular e Constitucional
- ✓ Articulação com movimentos sociais, instituições nacionais e internacionais
- ✓ Avanços técnicos, denúncias, mobilizações, produção de materiais, eventos, documentos
- ✓ Atuação em todas as esferas: jurídica, legislativa, executiva, popular e internacional

CRIAÇÃO DA EXPRESSÃO SISTEMA DA DÍVIDA

<https://auditoriacidada.org.br/conteudo/o-que-e-o-sistema-da-divida/>

- **Utilização do endividamento público às avessas:** a dívida não tem servido para investimentos, mas para retirar riqueza do povo para entregar principalmente a bancos e grandes corporações
- **Principal característica:** a dívida cresce por causa de mecanismos financeiros sem contrapartida ao país
- Se reproduz em âmbito internacional e regional, para estados e municípios
- Maior beneficiário: BANCOS
- Novo patamar: esquemas em que a dívida sequer é registrada como dívida (securitização)



O Sistema da Dívida se reproduz no âmbito dos Estados

Refinanciamento pela União com base na Lei 9.496/97 tem significado uma **perpetuação de danos** às finanças dos Estados

<https://www.extraclasse.org.br/opinioao/2024/08/mais-danos-a-vista-na-chamada-divida-dos-estados-com-a-uniao/>

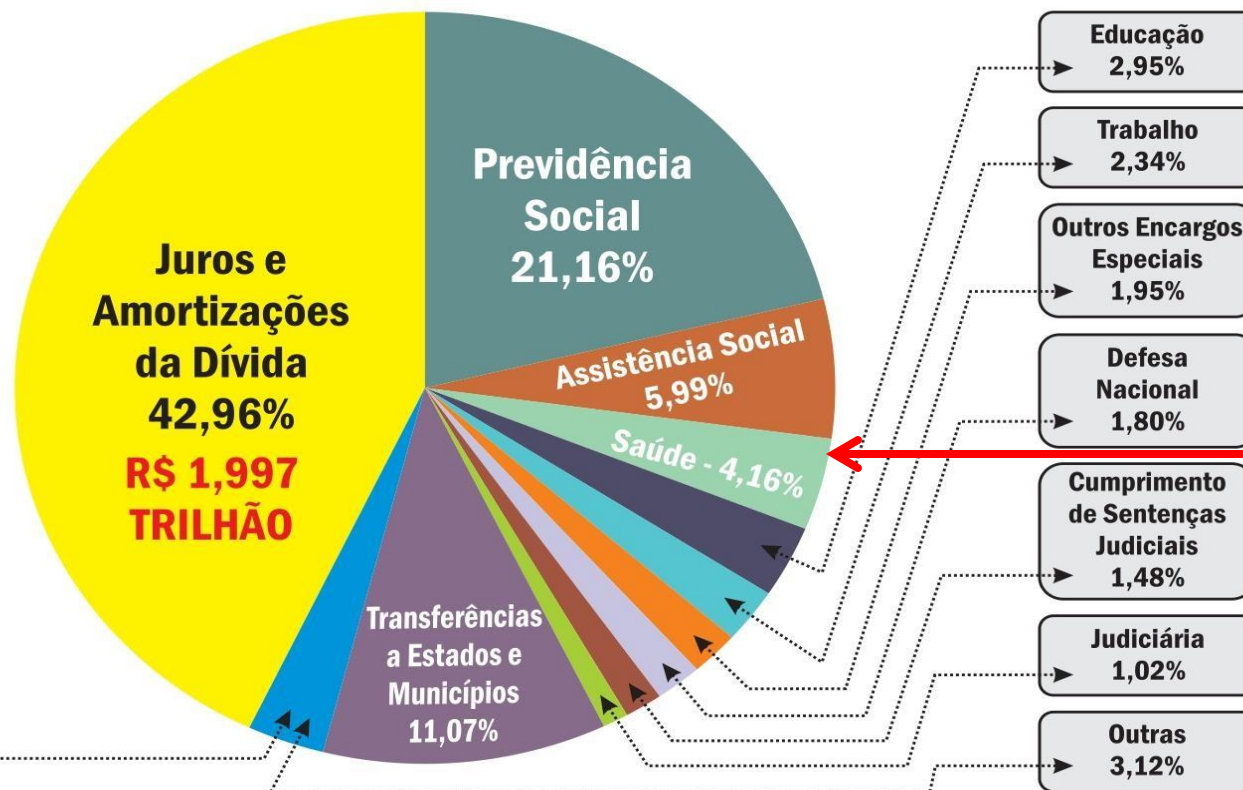
- **Ausência de alternativas:** União proibiu bancos públicos de emprestar a estados;
- **Estoque inicial inflado** pelo impacto da política monetária federal a partir dos Planos Verão, Collor e Real (FHC), e pela transformação de obscuros passivos de bancos estaduais em dívida do estado (PROES);
- **Condições financeiras extremamente danosas:** IGP-DI + 6 a 7,5%;
- **Crescimento exponencial:** IGP-DI atingiu 19,98% em 1999, e 26,41% em 2002, por exemplo, e as taxas de juros efetivas foram 6,17 e 7,76%;
- **LC 148/2014 perpetuou o dano** ao estabelecer que desde a data do refinanciamento até 01/01/2013, os juros nominais seriam calculados com base na Selic, transformando PENALIDADE contratual em “regra”;
- Estados submetidos a contínuos programas que eternizam a chamada dívida pública, como o “Regime de Recuperação Fiscal” e o “Propag”, e esquemas de Securitização de Créditos Públicos e de Dívida Pública.

ORÇAMENTO FEDERAL EXECUTADO EM 2024

PRIVILÉGIO DO SISTEMA DA DÍVIDA FEDERAL REDUZ AS TRANSFERÊNCIAS PARA ESTADOS E MUNICÍPIOS

Orçamento Federal Executado (pago) em 2024 = R\$ 4,648 TRILHÕES

OUTRAS	%
Administração	0,5361
Agricultura	0,4394
Segurança Pública	0,3589
Ciência e Tecnologia	0,3173
Transporte	0,3069
Gestão Ambiental	0,3049
Essencial à Justiça	0,2094
Legislativa	0,1888
Relações Exteriores	0,1022
Comércio e Serviços	0,0628
Organização Agrária	0,0585
Comunicações	0,0498
Indústria	0,0440
Cultura	0,0430
Urbanismo	0,0351
Direitos da Cidadania	0,0271
Energia	0,0215
Desporto e Lazer	0,0057
Saneamento	0,0052
Habitação	0,0003
TOTAL	3,1169



4,16%
para a
Saúde

Dos 4,16% (R\$ 193,5 bilhões) destinados à SAÚDE:

**R\$ 142 bilhões (73%) corresponderam a transferências
“Fundo a Fundo” para os entes federados:**

(repassa por meio da descentralização de recursos diretamente do fundo nacional da saúde para fundos da esfera estadual, municipal e do Distrito Federal)

Para estados e DF: R\$ 34 bilhões

Para municípios: R\$ 108 bilhões

(R\$ 108 bilhões corresponderam a 34% das despesas municipais com saúde)

Fontes: Painel do Orçamento Federal - <https://www1.siof.planejamento.gov.br/painelorcamento> e BSPN - <https://thot-arquivos.tesouro.gov.br/publicacao-anexo/25484> - última planilha (EXEC-D-FUN.1.00)

**Esses dados revelam a importância das TRANSFERÊNCIAS
FEDERAIS para os demais entes federados
(tanto as específicas da Saúde como as demais transferências)**

O SISTEMA DA DÍVIDA CONSOME QUASE 4 VEZES MAIS RECURSOS QUE TODA A DESPESA COM SAÚDE DAS 3 ESFERAS (União, Estados, DF e Municípios)

**Gastos Públicos com a área da Saúde em 2024
pelas 3 esferas: União, Estados, DF e Municípios
R\$ 538 bilhões**

Fonte: BSPN - <https://thot-arquivos.tesouro.gov.br/publicacao-anexo/25484> - última planilha (EXEC-D-FUN.1.00)

**Gastos com juros e amortizações da Dívida Pública
Federal em 2024: R\$ 1,997 TRILHÃO**

Fonte: Painel do Orçamento Federal - <https://www1.siof.planejamento.gov.br/painelorcamento>

SUS EM PERNAMBUCO - 2024

**Gastos com a Função Saúde do Governo Estadual:
R\$ 10,737 bilhões**

(Sendo que em 2024 o Governo Federal realizou R\$ 2,015 bilhões de transferências “Fundo a Fundo” para o governo estadual)

**Gastos com a Função Saúde de todos os Municípios do
Estado de Pernambuco: R\$ 10,133 bilhões**

(Sendo que em 2024 o Governo Federal realizou R\$ 3,879 bilhões de transferências “Fundo a Fundo” para os municípios do Estado de Pernambuco)

IMPORTÂNCIA DOS RECURSOS FEDERAIS E ESTADUAIS

Fontes: <https://www.sefaz.pe.gov.br/Transparencia/Financas/Demonstrativos%20da%20le%20de%20Responsabilidade%20Fiscal/DEMONSTRATIVOS%20DA%20LRE%20-%20ORREO%20-%206%C2%BA%20BIMESTRE%202024.pdf>

Painel do Orçamento Federal - <https://www1.siof.planejamento.gov.br/painelorcamento>

DataSUS - <http://siops-asp.datasus.gov.br/CGI/tabcgi.exe?SIOPS/serhist/municipio/indicPE.def>

Dívida do Estado de Pernambuco refinanciada pela União - Lei 9.496/97

MINISTÉRIO DA FAZENDA								
Secretaria do Tesouro Nacional								
ANEXO I – Resposta do MF ao item (a) do Ofício nº 25/09-P - Valores Assumidos e Refinanciados pela União e empréstimos PROES								Em R\$
Estado	Valor das Dívidas Estaduais Assumidas pela União	Data da Assunção (1)	Valor da Dívida Refinanciada aos Estados	Subsídio Inicial (2)	Empréstimos do PROES		Saldo Devedor Inicial (4)	Saldo Devedor Total Inicial
					Valores (3)	Data		
PE	143.452.725,28	23.12.97	137.382.613,70	6.070.111,58			137.382.613,70	1.381.921.845,35
					1.244.539.231,65	27.08.98	1.244.539.231,65	

A dívida do Estado de Pernambuco à época do refinanciamento era de apenas **R\$ 137, 4 milhões**.

O valor inicial do refinanciamento foi **R\$ 1,382 bilhão**, 10 vezes maior, devido ao esquema PROES. O passivo do Bandepe, que foi privatizado (adquirido pelo ABN-Amro, e depois pelo Santander), se converteu em dívida do Estado de Pernambuco. Qual a natureza desses passivos?

A SANGRIA DA DÍVIDA DE PE COM A UNIÃO

Lei 9.496/97 e seus refinanciamentos – 1997 a 2024

Dívida Original: R\$ 1,382 bilhão

(posteriormente majorado para 2,246 bilhões devido a refinanciamentos)

Pagamentos: R\$ 6,893 BILHÕES

(quase 5 vezes o valor original)

Dívida em 2024: R\$ 3,974 BILHÕES

(quase 3 vezes o valor original)

Perdas de Pernambuco com a Lei Kandir de 1996 a 2017:

R\$ 5,952 bilhões (destes, apenas R\$ 443 milhões serão ressarcidos, em 17 anos, em inexplicável renúncia de direitos)

https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9:::::9:P9_ID_PUBLICACAO:26242

https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9:::::9:P9_ID_PUBLICACAO:49046

https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9:::::9:P9_ID_PUBLICACAO:49047

https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cft/arquivos/APRESENTAOLEIKANDIRCFTCMARA090419_Governador.pdf

A dívida pública deveria estar financiando investimentos de interesse da sociedade e do país, viabilizando o nosso desenvolvimento socioeconômico.

Mas não é isso que acontece! O endividamento público tem funcionado às avessas:

“SISTEMA DA DÍVIDA”

- Contínua subtração de recursos públicos;
- Ausência de contrapartida em investimentos, como declarou o Tribunal de Contas da União TCU <https://bit.ly/2NTPIJo>
- Dívida alta tem justificado teto de gastos, arcabouço fiscal, contrarreformas, privatizações.

TCU CONFIRMOU QUE A DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL NÃO TEM CONTRAPARTIDA EM INVESTIMENTOS

Destinação de recursos para investimentos



VIA ORÇAMENTO

- No período de 2000 até 2017, nenhuma despesa orçamentária do OFSS classificadas no GND 4 – Investimentos foi custeada com recursos das fontes 43 ou 44 (fonte emissão de títulos)

VIA BNDES

Países	Valor Liberado Até Agosto/2017
Brasil	449.925.787.081,14
Argentina	1.212.460.250,20
Angola	1.006.233.901,59
Estados Unidos	654.378.246,44
Venezuela	236.143.356,22
Chile	230.233.940,40
República Dominicana	201.679.496,00
Canadá	56.887.934,21
Equador	40.945.584,10
Uruguai	5.648.435,33
Cuba	2.538.069,09
Peru	75.472,99
México	398.327,29
Índia	265.374,00
Diversos Países	2.307.319.588,72
Total	455.881.695.057,72

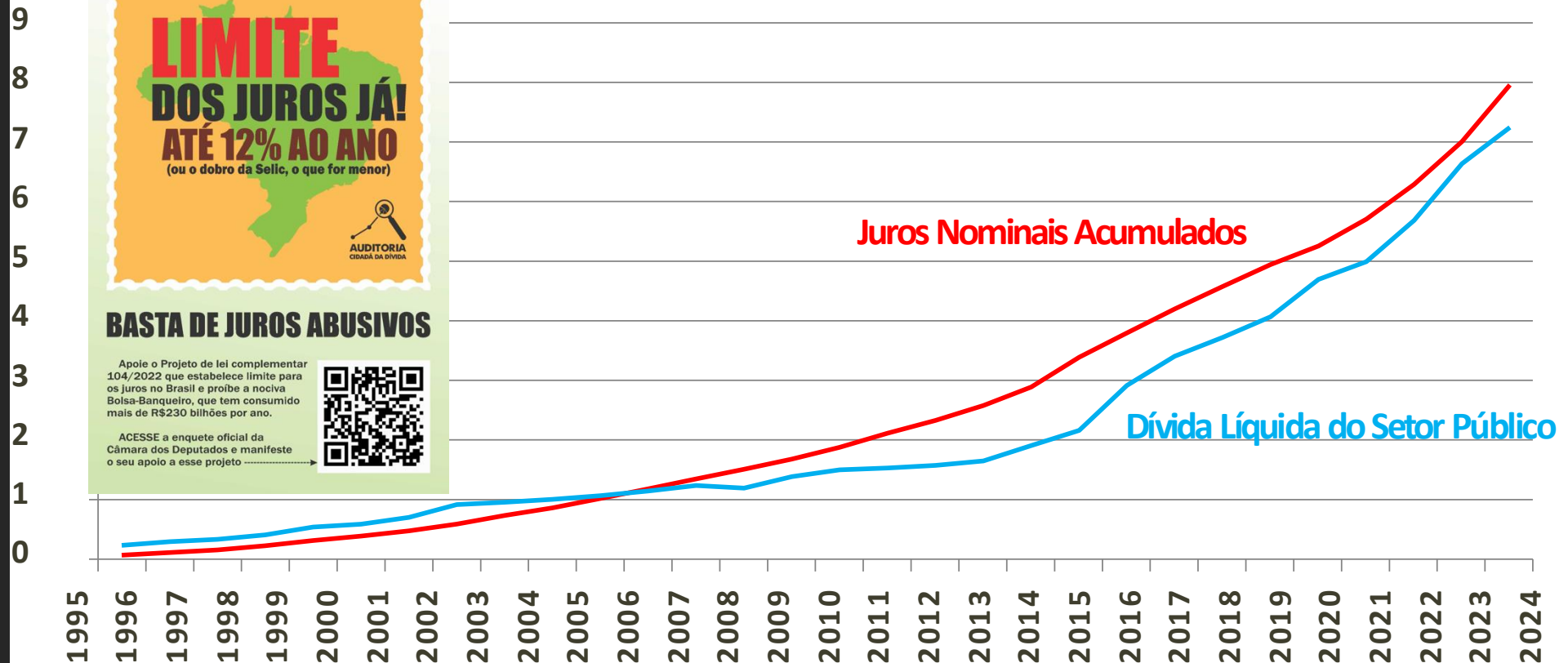


Tela apresentada pelo TCU ao Senado em audiência pública da CAE realizada em 25/06/2019
<https://auditoriacidada.org.br/video/tcu-afirma-que-divida-nao-serviu-para-investimento-no-pais/>

<https://auditoriacidada.org.br/video/tcu-afirma-que-divida-nao-serviu-para-investimento-no-pais/>

JUROS ALTOS SÃO O PRINCIPAL FATOR RESPONSÁVEL PELO CRESCIMENTO EXPONENCIAL DA DÍVIDA PÚBLICA

Relevância dos Juros no Estoque da Dívida Líquida do Setor Público
(R\$ Trilhões)



Fonte: Séries Temporais do Banco Central nº 16.830, 4.478, 16.962 e 4.759. Disponíveis em:

<https://www3.bcb.gov.br/sgspub/localizarseries/localizarSeries.do?method=prepararTelaLocalizarSeries>

BANCO CENTRAL: PRINCIPAL RESPONSÁVEL

Taxa básica de juros Selic: 15 % a.a.

DE QUE ADIANTA CORTAR GASTOS SOCIAIS SE O ROMBO ESTÁ NOS JUROS?

**BANCO CENTRAL GERA ROMBO
AINDA MAIOR EM GASTOS ANUAIS
COM JUROS DA DÍVIDA PÚBLICA
R\$ 59,8 BILHÕES
A CADA 1% DE AUMENTO DA SELIC**

Elasticidades da DLSP e DBGG

	DLSP		DBGG	
	R\$ bilhões	p.p. PIB ^{1/}	R\$ bilhões	p.p. PIB ^{1/}
Desvalorização de 1% na taxa de câmbio ^{2/}	-8,6	-0,07	10,2	0,08
Elevação de 1 p.p. na taxa Selic ^{2/ 3/}	59,8	0,48	54,4	0,44
Redução de 1 p.p. nos índices de preços ^{2/ 3/}	-20,3	-0,16	-20,0	-0,16

1/ Impacto na relação DLSP/PIB ou DBGG/PIB - conforme o caso.

2/ Impactos são simétricos no caso de valorização cambial, redução de taxa Selic e aumento de índices de preços.

3/ Variação mantida por doze meses.



**AUDITORIA
CIDADÃ DA DÍVIDA**

**Brasil pratica Taxa básica
de juros reais mais
elevada do mundo:**

Zona do Euro...0,05% a.a.

EUA 0,97% a.a.

Japão - 2,43% a.a.

BRASIL 9,86% a.a.

Fonte: <https://clubedospoupadores.com/ranking-juros-reais>

QUE DÍVIDA É ESSA: “dívida” gerada por Mecanismos financeiros sem contrapartida em investimentos

- Bolsa-Banqueiro – remuneração diária da sobra de caixa dos bancos (abuso das Operações Compromissadas e Depósitos Voluntários Remunerados)
- Transformações de dívidas do setor privado em dívida pública
- Transformação de dívida externa irregular, suspeita de prescrição, em novos títulos de dívida externa no Plano Brady, seguida de novas transformações em títulos de dívida externa e interna.
- Elevadíssimas taxas de juros: sem justificativa técnica ou econômica.
- Anatocismo
- Contabilização de juros como se fosse amortização
- Sigilosas operações de swap cambial realizadas pelo Banco Central
- Emissão excessiva de títulos públicos sem justificativa
- Prejuízos do Banco Central são simplesmente transformados em dívida pública
- “Securitização de Créditos Públicos”, esquema que gera dívida ilegal

Por quê a estrutura do Estado está sucateada, se temos imensas riquezas sob todos os aspectos e TEMOS MANTIDO TRILHÕES EM CAIXA HÁ VÁRIOS ANOS

➤ **Chegamos a mais de R\$ 5 TRILHÕES em caixa em 31/12/2024:**

- **R\$ 1,632 TRILHÃO na Conta Única do Tesouro Nacional**
- **R\$ 1,415 TRILHÃO no caixa do Banco Central**
(Operações Compromissadas e Depósitos Voluntários Remunerados – “Bolsa Banqueiro”)
- **R\$ 2,040 TRILHÕES em Reservas Internacionais**

Tudo reservado para o Sistema da Dívida

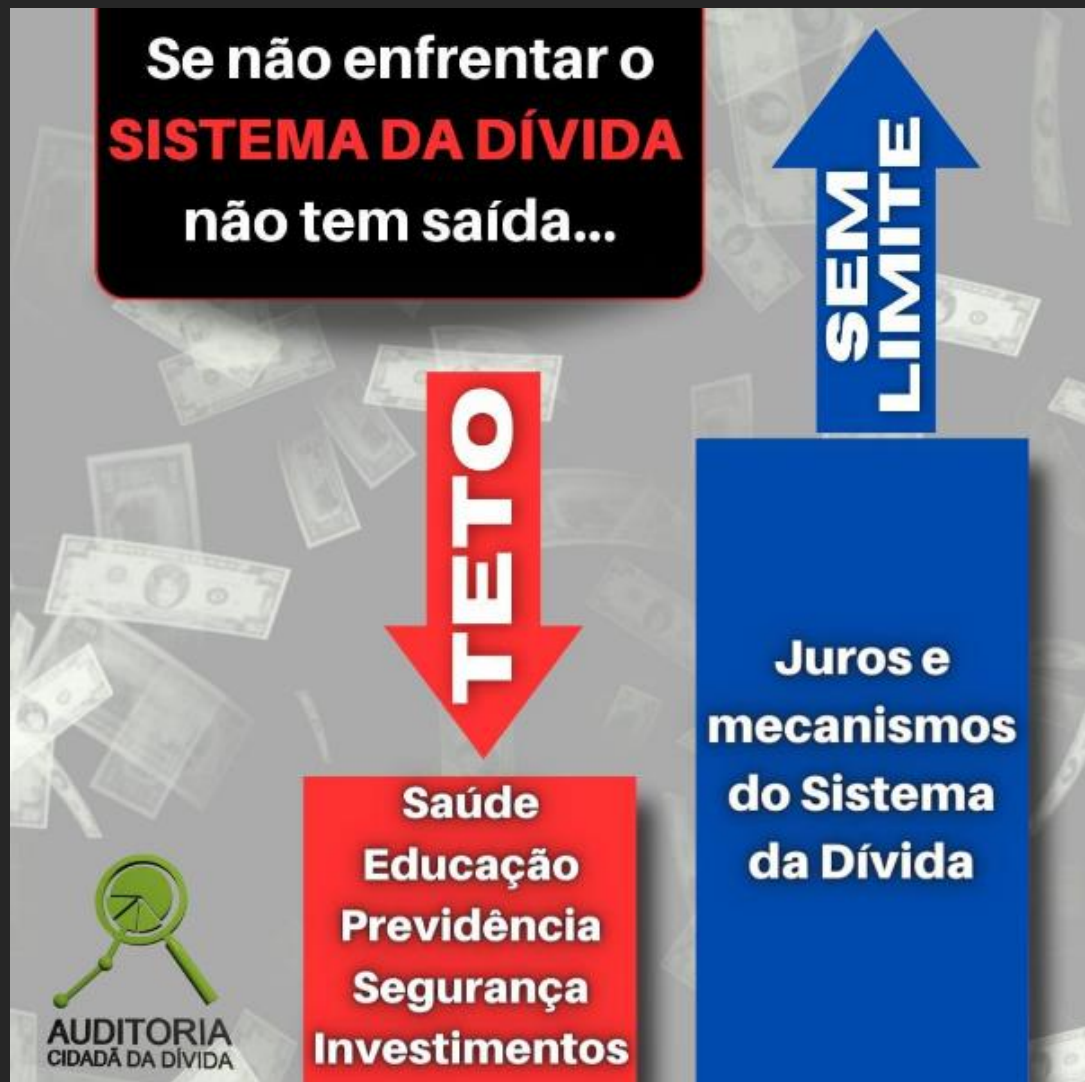
Fonte: https://www.bcb.gov.br/content/estatisticas/hist_estatisticasfiscais/202411_Tabelas_de_estatisticas_fiscais.xlsx
(Tabela 4, Linhas 44, 50 e 52), e Serie Temporal do BCB nº 13.621

PRIVILÉGIOS DO SISTEMA DA DÍVIDA PÚBLICA

- **A**bsorve a fatia mais privilegiada do orçamento federal anualmente;
- **S**e apodera de praticamente todos os recursos obtidos com a venda de novos títulos públicos;
- **A**vança sobre recursos decorrentes de outras fontes distintas da emissão de títulos e que deveriam se destinar a investimentos sociais;
- **D**etém a totalidade dos recursos pagos pelos Estados à União referentes à chamada dívida dos estados que foi refinanciada pela União a partir de 1997;
- **F**ica com a totalidade dos lucros de empresas estatais e do Banco Central;
- **U**sufroi das garantias prestadas pela imensa quantia de cerca de R\$ 5 Trilhões mantidas na Conta Única do Tesouro, no caixa do Banco Central e em Reservas Internacionais;
- **U**sufroi das garantias decorrentes da formação de “colchão de liquidez” devido à excessiva emissão e venda de títulos públicos anualmente, sendo que não há a devida transparência acerca da destinação dos recursos obtidos com essa venda excessiva de títulos, recursos que podem até estar sendo utilizados por fora de controles orçamentários.

EC 95/2016 e LC 200/2023 (ARCABOUÇO FISCAL)

PEC 38/2025 constitucionaliza o arcabouço fiscal para entes federados



- Manteve o teto de gastos sociais para “*guardar recursos importantes para o pagamento do endividamento público*”
- Impõe graves restrições orçamentárias para cumprir o teto e a meta de “superávit primário”
- Governo promete mais cortes para cumprir o “arcabouço”: rebaixamento dos pisos da saúde e educação
- Risco da “Reforma Administrativa”

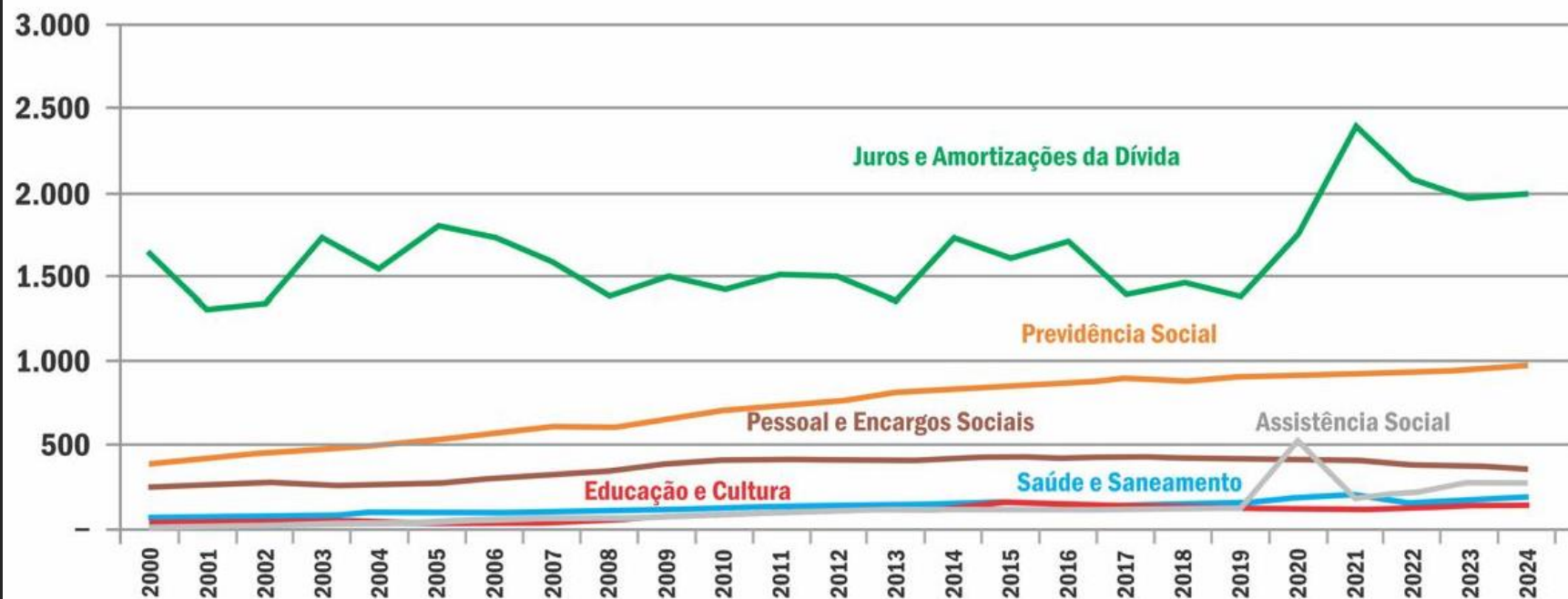
Por que o Brasil se ajoelha para essa política que produz escassez?



<https://outraspalavras.net/pos-capitalismo/a-china-zomba-dos-ajustes-fiscais/>

ONDE DE FATO ESTÁ O ROMBO DAS CONTAS PÚBLICAS ?

Governo Federal - Gastos Selecionados R\$ bilhões de 2024 Valores atualizados pelo IPCA



Fonte: <https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/despesas-da-uniao-series-historicas/2023/8-2;>
Painel do Orçamento Federal - <https://www1.siof.planejamento.gov.br/painelorcamento/>

Estados em risco

- Fim do ressarcimento da Lei Kandir (EC 109 revoga art. 91 do ADCT)
- Securitização de Créditos Públicos (recursos arrecadados sequer alcançarão os cofres públicos, pois são desviados durante o percurso pela rede bancária <https://bit.ly/3avKVkI>)
- Securitização de “Dívidas” – LC 208/24; Lei complementar 178 e Regime de “recuperação” fiscal (ver artigo <https://bit.ly/2QtekVX> e Lives de 16/4 <https://youtu.be/v24nYLyqqy4> e 19/4 <https://youtu.be/F-0H4F1MPno>)
- Reforma Tributária do Consumo desvia arrecadação do IBS (que englobará o ICMS e o ISS) para uma nova instituição independente (Conselho Federativo), com graves riscos aos entes federados. (ver folheto da ACD <https://auditoriacidada.org.br/wp-content/uploads/2023/09/Quem-vai-pagar-a-conta-final.pdf>)
- Desmonte provocado pela proposta de Reforma Administrativa

Sistema da Dívida é o pano de fundo do desmonte

Esquema de “Securitização de Créditos Públicos” desvia recursos por fora do Orçamento Público



Ver artigo “Securitização: consignado turbinado de recursos públicos”, disponível em <https://auditoriacidadada.org.br/conteudo/secritizacao-consignado-turbinado-de-recursos-publicos/>

MODELO DE NEGÓCIOS

A chamada “securitização de créditos públicos” tem se tornado um modelo de negócios, mediante o qual o mercado se apodera de recursos públicos antes mesmo que tais recursos alcancem os cofres públicos. Os recursos públicos são desviados durante o seu percurso pela rede bancária, tal como acontece em um empréstimo consignado, e não são sequer contabilizados no orçamento público.

- TRIBUTOS (CPSEC S/A, PBH ATIVOS S/A)
- ROYALTIES (RioPrevidência <https://bit.ly/3u0H08u>)
- RECEITAS COMERCIAIS (Nióbio em MG <https://bit.ly/3tbVh35>)



<https://auditoriacidade.org.br/conteudo/securitizacao-consignado-turbinado-de-recursos-publicos/>

CONJUNTURA PAUTADA PELO SISTEMA DA DÍVIDA

- Apesar de sucessivos recordes de arrecadação, prosseguem os cortes e contingenciamentos de recursos de áreas sociais;
- Prioridade para o cumprimento das metas do Arcabouço Fiscal;
- Risco de revogação dos pisos constitucionais da Saúde e Educação, e de contrarreformas da Previdência e Administrativa;
- Juros exorbitantes amarram a economia do país enquanto o Banco Central mantém a Selic em 15% ao ano;
- Perspectiva de reajustes salariais, estruturação de carreiras, investimentos no serviço público cada vez mais distantes;
- Fim do Regime Jurídico Único (RJU) para o serviço público após decisão do STF e risco de desmonte do Estado com a PEC 38/2025;
- Esquema de Securitização de Créditos Públicos se alastrando e compromete orçamentos devido aos pagamentos por fora;
- Privatizações, PPP (com risco de Securitização de Créditos Públicos).

É URGENTE ENFRENTAR O SISTEMA DA DÍVIDA POR MEIO DA AUDITORIA INTEGRAL COM PARTICIPAÇÃO SOCIAL

É urgente difundir o conhecimento do **SISTEMA DA DÍVIDA** e mobilizar a sociedade nacional e internacional por uma auditoria integral com participação social

NOVO CURSO DA ACD
a distância

O SISTEMA DA DÍVIDA NO BRASIL E A NECESSIDADE DE AUDITORIA INTEGRAL



Aprenda tudo sobre o mecanismo que está no centro de todos os problemas econômicos do Brasil e dos brasileiros, beneficiando uma elite privilegiada

Participe do novo
curso da ACD a distância

<https://auditoriacidada.org.br/cursos/>

Auditoria da Dívida Pública:

Ferramenta fundamental para garantir transparência, correta aplicação dos recursos públicos e desenvolvimento socioeconômico do Brasil

LIMITE DOS JUROS TEM QUE VIRAR LEI

Maria Lucia Fattorelli

AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA



Por que TETO somente para investimentos sociais e liberdade total para gastos com a dívida pública?

Primeira Edição 2023
Obra autofinanciada - VENDA PROIBIDA

Conheça e divulgue a Cartilha
<https://bit.ly/42HOWM3>

Muito grata

Maria Lucia Fattorelli

ACESSE

AUDITORIACIDADA.ORG.BR



/AUDITORIACIDADA.PAGINA



/AUDITORIACIDADADADIVIDA



/AUDITORIACIDADABR



/AUDITORIACIDADA



/Spotify.



Google Podcasts



/AUDITORIACIDADA

É HORADEVIRAR O JOGO